

Exmo. Senhor Presidente do Governo

Sras. e Srs. Secretários

Sras. e Srs. Deputados

A quem serve afinal este Orçamento que iremos votar em breve?

Certamente que o não será àqueles que a 29 de Março de 2015, os 53,8% de eleitores que votaram as propostas da oposição!

E que dirão nesta altura os 44,3% de cidadãos que nessa mesma data deram uma maioria absoluta ao PSD por apenas 12 votos?

Estarão eles satisfeitos com aquilo que o partido em que votaram apresentou neste Orçamento e neste Parlamento?

Sabem, porventura, as famílias desse universo de madeirenses e portosantenses que acreditaram na denominada “Renovação” que não vão receber senão 20 cêntimos por dia, resultante dessa vontade política do Governo do PSD em quem confiaram?

Fantástica façanha àquela que nos foi aqui apresentada pelo Senhor Secretário Regional das Finanças que provavelmente já se deve ter arrependido das afirmações que em Maio, aquando da discussão do Programa de Governo, referiu: “A estratégia delineada pelo Governo passa pela adoção de medidas que promovam o crescimento da economia, a competitividade e o emprego, assegurando que às famílias e às empresas seja requerido o menor esforço fiscal possível.”

Após esta promessa a concretização do alívio fiscal reduz-se, volto a referir, a 20 cêntimos por dia para as famílias.

Afinal, o que temos pela frente?

Melhor ainda, o que caberá esperar às famílias e às empresas da nossa Região em função deste Orçamento e Plano de Investimentos?

Uma DESILUSÃO, obviamente. Uma AUSÊNCIA DE PERPECTIVA. UM CONTINUAR DE AUSTERIDADE, encapotada já não com o termo que tantas vezes foi aqui veiculado, a expressão PAEF, pois essa termina precisamente no dia 31 de Dezembro de 2015, deixaremos de ter o PAEF, mas continuaremos a ter uma canga de outra forma encapotada da dupla insularidade.

O novo cutelo que este Governo e o seu partido vão colocar sobre o pescoço dos madeirenses e porto-santenses tem um novo nome, essa nova austeridade tem um novo nome, OEDO (Objectivos de Estabilidade e Disciplina Orçamental), o OEDO é o novo PAEF, é a continuidade da dupla insularidade, é a continuidade desta canga que iremos continuar a ter em 2016.

Este Orçamento e Plano estão condicionados social e financeiramente por este eufemismo semântico denominado OEDO, que mais não é que uma continuidade da austeridade para 2016, forma que este Governo encontrou para escamotear a verdade aos madeirenses e porto-santenses. Em vez de assumirem que não vão cumprir o que vieram aqui anunciar com pompa e circunstância aquando da discussão do

Programa de Governo, o PSD apresenta-nos um Orçamento e Plano único, pela falta de clareza, impossível de ser repetido e executado, pois na realidade não inclui uma redução do diferencial fiscal que todas as famílias aguardavam, não reduz o IRC que as empresas perspectivavam, mantém as altíssimas taxas sobre os combustíveis, afinal não cumprem com a promessa para com os funcionários públicos de que iriam devolver os 2% do subsídio de insularidade, ainda que essa promessa tivesse sido feita por via fiscal, conclui-se neste Orçamento que mais uma promessa ficou pelo caminho.

Afinal este Orçamento e Plano gorou as expectativas, este Orçamento e Plano não é mais do que o consolidar de dados que foram ontem aqui expressos pelos partidos da oposição. O desemprego, 22,800, a taxa mais alta do país. O que dizer a essas pessoas? Qual é a esperança, qual é o sinal que este Governo vai dar a estes 22,800 desempregados que desesperam, que procuram uma esperança que lhes dê a possibilidade de encontrar soluções para as suas vidas? Onde é que está isso plasmado neste Orçamento? Não encontramos!

Já agora aproveito, para que tudo não sejam más notícias, e o Senhor Presidente do Governo Regional certamente nos irá dar uma boa notícia, aproveito para questionar o Senhor Presidente do Governo Regional se vai ser hoje que anuncia aos madeirenses e portosantenses o resultado do processo que tem em mãos relativamente à linha marítima entre o Funchal e o Continente. Foi publicamente anunciado que no dia 15 de dezembro seria anunciado o resultado desse conjunto de propostas de sete armadores que apresentaram intenção de ganhar esta linha entre o Funchal e o Continente. O Senhor

Presidente do Governo Regional está neste momento em condições de anunciar aos madeirenses e porto-santenses que hoje já sabemos quem irá ser o armador que vai ficar com a linha entre o Funchal e o Continente? Fica aqui o repto ao Senhor Presidente do Governo Regional.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional

Sras. e Srs. Secretários

Sras. e Srs. Deputados

Face a este manto de desesperança, o que ouvimos ontem por parte da maioria neste Parlamento, cito: “Fomos nós que fizemos, nós é que avançamos, nós é que marcámos o ritmo. A oposição, essa, apresenta um conjunto aldrabado de contas, vem para aqui sempre com os mesmos argumentos, etc.” Foi isso que ouvimos aqui nesta casa. Aliás, estas expressões relativamente à oposição revelam sem dúvida uma humildade exemplar de quem as proferiu. Tudo isto não passa de um conjunto repetitivo de chavões usados ao longo de quase 40 anos contra os partidos da oposição. Discursos que na altura foram considerados trauliteiros, repetitivos, de argumentação falaciosa, que os deputados de então, do PSD, sempre aqui proferiram. O passado, parece que todos quiseram esconder, mas ontem surgiu nesta casa esse conjunto de impropérios para com os partidos da oposição. O que mais nos estranha, ou talvez não, é que a soberba, a petulância, a falta de bom senso discursivo, continuou na consciência de tantos que provavelmente quereriam o regresso ao passado.

Afinal onde está o renovado PSD? Onde está a renovação da linguagem do PSD?

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional

Sras. e Srs. Secretários

Sras. e Srs. Deputados

O CDS demonstrou ontem neste debate que não renunciará jamais, enquanto os eleitores assim o decidirem, ao seu papel de fiscalizador de um Governo Regional. O CDS não se demite da sua responsabilidade de maior partido da oposição e não abdicaremos da defesa intransigente de quem nos elegeu. Não assinaremos qualquer plano de intenções por parte do PSD para uma paz falsa. Nós estamos aqui para fiscalizar o Governo para governar. Os madeirenses e porto-santenses certamente que entenderão esta urgentíssima necessidade que o CDS tem de mostrar que está ao lado de quem nos elegeu, de mostrar que está ao lado das famílias, de mostrar que está ao lado das empresas. Por outro lado, Senhor Presidente do Governo Regional e Senhores Membros do Governo, o CDS também sugere que o Governo regional possa negociar com o Governo da República, dentro da celeridade possível, que o estado possa vir a suportar as despesas da Saúde e da Educação da nossa Região. Os madeirenses e porto-santenses, certamente, entenderão esta urgentíssima necessidade do Estado fazer parte da solução e não continuar a ser visto com a mesma desconfiança do passado. Certamente que quem paga manda, sempre foi assim. Disso não temos qualquer dúvida. Mas os quase 674 milhões de euros

do Orçamento Regional destinados à Saúde e à Educação são inequivocamente um peso que continuará a condicionar irremediavelmente qualquer Orçamento Regional no presente e no futuro. Nesta matéria tal como noutras, em particular a do Hospital, o CDS está disponível para todo e qualquer entendimento neste Parlamento, de forma a encontrarmos as pontes entre ambos os Parlamentos, quer o regional quer o nacional. E tentaremos que o Estado possa vir a assumir esta responsabilidade financeira da Saúde e da Educação. No entanto, também deixamos a pergunta, estará o PSD disponível para abrir mão da regionalização destes sectores?

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia

Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional

Sras. e Srs. Secretários

Sras. e Srs. Deputados

Face ao exposto o grupo Parlamentar do CDS terá sempre uma postura construtiva, mas não pactuaremos com qualquer tipo de paz podre que tentem implementar neste Parlamento, venha de onde vier.

Neste sentido, o CDS considera que este Orçamento não merecerá, da nossa parte, o nosso apoio. Não daremos o apoio a este Orçamento e Plano. E, assim sendo, o CDS considera que após a apresentação do conjunto de alterações que vamos apresentar esta manhã, em função do resultado, da análise e da aprovação das mesmas, eventualmente o CDS poderá alterar o voto que vier hoje, aqui, a decidir. Mas, temos dúvidas. Temos dúvidas porque infelizmente as consciências do passado continuam a pairar neste Parlamento.

Muito obrigado!

Funchal, 15 de dezembro de 2015

António Lopes da Fonseca